

ELEIÇÕES SNESup 2025

Programa Eleitoral da Lista A Candidata à Direção

UNIR VONTADES

O Sindicato Nacional do Ensino Superior - SNESUP - age na defesa dos interesses dos Docentes e Investigadores que trabalham nas Instituições do Ensino Superior públicas e privadas. Em simultâneo, o SNESUP assume protagonismo na defesa dos interesses da comunidade, nomeadamente na defesa do sistema do ensino superior e da ciência. Um sistema público de ensino superior e ciência é uma garantia de livre acesso ao conhecimento e à produção de saber independente de interesses políticos, económicos ou religiosos. O ensino superior privado está consagrado na Constituição da República e o SNESUP defende, também, os interesses dos seus profissionais.

O SNESUP tem vindo a intervir em todas as questões do ensino superior e da ciência e continuará a fazê-lo. A sua atuação deverá manter-se fundamentada no conhecimento aprofundado da realidade deste sistema, pelo que prosseguirá com este objetivo, reforçando a proximidade com os investigadores e docentes para compreender melhor a sua realidade. Continuará também a recolher e a tratar dados em articulação com a investigação científica desenvolvida nesta área

A enorme perda de poder de compra que as carreiras docentes e de investigação sofreram nos últimos vinte e um anos, o envelhecimento do corpo de docentes e investigadores e o elevadíssimo grau de precariedade dos colegas que poderiam contribuir para o rejuvenescimento têm vindo a colocar o sistema numa situação de rutura, cujos sinais são já visíveis! Desta forma, a matéria salarial, as condições de trabalho, a precariedade e os mecanismos de progressão e promoção nas carreiras assumem uma nova centralidade nesta candidatura.

O subfinanciamento público do sistema de Ensino Superior e da Ciência arrasta-se e tem vindo a agravar-se.

Matérias prementes continuam a ser a revisão do Regime Jurídico do Ensino Superior, a Revisão dos Estatutos das Carreiras do Ensino Politécnico e Universitário, e a tão esperada regulação do ensino superior privado e cooperativo. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido permitirá preparar uma boa equipa negocial. Este exigente calendário negocial será uma das tarefas fundamentais do próximo mandato da Direção.

O coletivo que integra a **Lista A** é plural e diverso. A lista foi construída com a preocupação central de reunir vozes e protagonistas que representem a variedade do Sistema de Ensino Superior e Ciência, desde o género à origem geográfica, passando pelo vínculo laboral. Constituem a **Lista A**, com vasta representatividade, desde o Minho ao Algarve e Regiões Autónomas, em instituições de grande e pequena dimensão, docentes e investigadores, quer integrados nas carreiras quer em condição precária, e com representação variada dos subsistemas.

A pluralidade das vozes na direção é essencial porque cada uma e cada um de nós representa mais do que a si mesmo e é desta interseção de pessoas, experiências e visões que resulta a força da direção. A equipa que constitui a Lista A é uma união de iguais que se coloca ao serviço da comunidade ao integrar a direção, aporta a sua visão e o seu quotidiano.

Propõe-se a continuidade da linha de trabalho das direções anteriores, assumindo como compromissos centrais:

- i. A valorização remuneratória de todos os docentes e investigadores do Ensino Superior e Ciência, através da atualização do índice 100 das respetivas carreiras e da aplicação imediata dos índices remuneratórios previstos no Estatuto da Carreira de Investigação aos investigadores contratados, ao abrigo do “regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento” - Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.
- ii. A defesa de um regime remuneratório idêntico para as Carreiras Docentes dos Ensinos Politécnico e Universitário e para a Carreira de Investigação.
- iii. O aumento do número de escalões remuneratórios para todas as posições das carreiras de modo a possibilitar a progressão remuneratória ao longo da vida de trabalho dos docentes e investigadores.
- iv. O combate à precariedade nas Instituições de Ensino Superior públicas, definindo, no diálogo com a tutela, limites rigorosos para a contratação de docentes convidados e garantindo condições de trabalho dignas para todos os docentes do Ensino Superior.
- v. A defesa de um regime jurídico-laboral do pessoal docente e de investigação das instituições de ensino superior privado e cooperativo que assegure o estreito paralelismo com o sistema público, ilegalizando as formas de contratação "atípicas" que dominam o setor e permitindo estabilidade de emprego e reais perspetivas de progressão na carreira aos docentes e investigadores que trabalham neste setor.
- vi. A implementação da progressão horizontal, obrigatória e automática, sempre que o docente acumule 8 pontos no processo de avaliação de desempenho, à semelhança do assegurado para a carreira de investigação científica.

- vii. A revisão dos estatutos das carreiras que assegure dois mecanismos para acesso às categorias intermédias e de topo das carreiras docentes e de investigação científica (progressão vertical): um por processos de progressão interna, dependentes apenas do mérito dos docentes e investigadores; outro por recrutamento, através de concursos públicos internacionais, em simultâneo com a obrigatoriedade de se definir uma proporcionalidade entre concursos públicos internacionais e os mecanismos de promoção interna.

No que respeita à vida interna do Sindicato, afirma-se o objetivo de reforçar a qualidade e diversificação dos mecanismos de participação na vida sindical. Além disso, assume-se a elaboração de uma proposta de estatutos, a submeter à Assembleia Geral, que consagre o voto por correspondência e adeque os estatutos à realidade dos docentes do Ensino Superior e dos investigadores.

Áreas de responsabilidade

Área de Relações Institucionais, Comunicação e Imagem

- Reforçar a presença do SNESUP na comunicação social, tanto sob a forma de opinião, como de notícias com dados relevantes sobre o Ensino Superior e Ciência, carreiras e instituições.
- Fortalecer a intervenção política do SNESUP, mantendo o diálogo com os diversos partidos e com a tutela
- Expandir a atuação do SNESUP em cada Instituição de Ensino Superior e nos Centros de Ciência e Tecnologia a elas ligados.
- Ampliar a relação com outras organizações e movimentos nacionais e internacionais relacionados com o Ensino Superior e Ciência.
- Incrementar o diálogo com os estudantes, em interação com as suas associações representativas.
- Aprofundar a estratégia que coloca o SNESUP como parceiro junto da tutela ministerial, da Assembleia da República, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCSISP).
- Estabelecer uma estratégia de ação que afirme o SNESUP como parceiro negocial privilegiado com as diversas instituições cujos investigadores e docentes representa.

Área de Política Reivindicativa e Apoio Jurídico

- Dar seguimento às ações que colocam o aumento dos salários e a melhoria das condições de trabalho como prioridade da ação do SNESUP.

- Garantir a estabilidade dos vínculos contratuais enquanto princípio base e alicerce do sistema de Ensino Superior e Ciência.
- Garantir condições dignas de trabalho para os docentes e investigadores das instituições de ensino superior privadas e cooperativas, implementando um regime que assegure a equiparação de deveres e direitos entre os setores público, privado e cooperativo, promovendo justiça e equilíbrio nas relações laborais.
- Combater a precariedade dos investigadores, assegurando o acesso a posições de carreira a todos os investigadores que tenham contratos a prazo de longa duração com instituições públicas ou com instituições I&D, privadas sem fins lucrativos, financiadas através de contratos programa plurianuais promovidos pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, IP) ou por qualquer outro organismo público de financiamento de atividades de I&D+I.
- Valorizar a transparência e o mérito nos processos e sistemas de avaliação de desempenho e de acesso e progressão na carreira, não transigindo na exigência da progressão salarial com oito pontos e ao alargamento do número de escalões remuneratórios dentro das diferentes categorias do pessoal universitário e do ensino superior politécnico e do pessoal de investigação científica.
- Introduzir nos estatutos de carreira uma formulação definitiva que distinga claramente a progressão do recrutamento.
- Pugnar pela integração na carreira dos docentes convidados, que asseguram o regular funcionamento das instituições de ensino superior e zelar pela rigorosa aplicação dos estatutos de carreira no que respeita à figura dos docentes convidados.
- Assegurar o respeito pelas carreiras, nomeadamente em matéria de contratação, progressão e horas de trabalho.
- Monitorizar e garantir a aplicação das 35 horas de trabalho semanal, com respeito absoluto pelos limites de carga horária letiva estabelecidos pelos estatutos de carreira, no reconhecimento do tempo necessário às várias atividades e devida compensação das horas extraordinárias.
- Exigir a reposição da definição de trabalho noturno como o prestado a partir das 20 horas, de acordo com o estabelecido nos estatutos das carreiras docentes.
- Pugnar por um regime remuneratório único nas três carreiras terminando com a discriminação que afeta os docentes do sistema politécnico.
- Exigir que os limites horários do serviço de aulas seja idêntico nas duas carreiras e adequado às exigências que são pedidas aos profissionais do ensino superior e ciência.

- Lutar pelo respeito da proporcionalidade estabelecida nos estatutos de carreira relativamente às diversas categorias, incluindo os limites à contratação de convidados.
- Continuar a lutar para extinguir a precarização do emprego científico e de envelhecimento do corpo docente/investigadores.
- Exigir a implementação de um programa de regularização de vínculos que possibilite a integração nas Carreiras de Investigação ou Docentes, dos Investigadores vítimas da acumulação de vínculos precários.
- Combater a degradação e a desvalorização do trabalho dos professores convidados, reclamando o princípio de “*para trabalho igual, salário igual*”;
- Afirmar a negociação e a contratação coletiva no espaço do Ensino Superior e Ciência;
- Manter a pressão para a negociação e o escrutínio dos regulamentos administrativos que emanam dos estatutos de carreira e de todos os atos administrativos com consequências nas relações laborais e condições de trabalho;
- Combater os excessos e as injustiças resultantes de sistemas de avaliação de desempenho;
- Prevenir e combater situações de abuso ou assédio, pessoal ou profissional, no Ensino Superior e Ciência;
- Dar continuidade ao GTAMIES - Grupo de Trabalho sobre o Assédio Moral nas IES, iniciado no mandato anterior, acompanhar o plano de trabalhos e garantir os recursos para a realização das diversas iniciativas que o grupo de trabalho tem elencadas para o próximo biênio.
- Reforçar e dar condições à equipa de advogadas e advogados, altamente especializados, que trabalha com o SNESUP de forma que prossiga o labor de assessorar a direção e prestar o melhor apoio às pessoas associadas ao SNESUP.

Área de Política Educativa, Organização do Ensino e Pedagogia

- Afirmar e reforçar o sistema público e independente de Ensino Superior e Ciência como garante do acesso livre ao conhecimento e como ferramenta de construção de saberes.
- Lutar pelo financiamento público adequado do Ensino Superior e da Ciência.
- Reverter as políticas de afastamento dos docentes dos processos de decisão das instituições, eliminando constrangimentos à democracia, participação, paridade e representatividade.
- Contribuir para o conhecimento e valorização social da profissão académica.

- Analisar os mecanismos de progressão nas carreiras e o papel dos concursos nesse âmbito, estudando propostas de mudança que fomentem a transparência e a equidade.
- Promover princípios de solidariedade e ética entre os diversos agentes do Ensino Superior e Ciência, valorizando a autonomia profissional de docentes e investigadores e a colegialidade na organização do trabalho no interior das instituições.
- Desenvolver e promover análises relativas ao sistema do Ensino Superior e Ciência, designadamente através da identificação e incentivo de estudos sobre condições e relações de trabalho, mobilização coletiva, adesão sindical e organização do trabalho.

Área de Política Científica e Apoio aos Investigadores

- Pugnar para que as necessidades permanentes do Sistema Científico Nacional sejam preenchidas por investigadores enquadrados profissionalmente nos Estatutos de Carreira de Investigação Científica.
- Prosseguir na defesa do princípio de que as bolsas devem ser reservadas apenas para a formação e que todo o restante trabalho de investigação deve ser efetuado ao abrigo de contratos de trabalho.
- Lutar para que no Orçamento de Estado distribuído para as instituições de ensino superior esteja inscrita uma rubrica claramente destinada à investigação científica, além das verbas distribuídas para as UI&D.

Área de Organização Sindical

- Ampliar o número de reuniões e de visitas às diferentes instituições de Ensino Superior.
- Contribuir para o fortalecimento da rede de delegados sindicais à escala nacional.
- Estimular o crescimento da taxa de sindicalização e garantir a representação dos investigadores, independentemente da natureza do seu vínculo.
- Intensificar as ações junto das instituições de ensino superior privado, de modo a aumentar o número de sócios e conseguir uma representação mais alargada.

ELEIÇÕES SNESup 2025

Consulte toda a informação sobre Procedimentos, Listas e Programas na ligação:
<https://www.snesup.pt/2025/02/26/assembleia-geral-eleitoral-eleicoes-snesup-2025>